

# A política sul-americana como um pêndulo instável\*

Salvador Schalvezon

*Antropólogo, professor da Universidade Federal de São Paulo.*

---

\*Texto previamente publicado, em francês, na Revista Multitudes.

América do Sul encerrou 2019 com motins nas ruas e instabilidade política. Longe da onda progressista e sem que líderes de direita possam se estabelecer na maioria dos países, um campo de indefinição sem tendência única ou novo paradigma regional dando lugar à ideia de que a apatia e o descontentamento são o partido majoritário. Além da economia, com situações variáveis nos diferentes países, o que parecia ser uma constante é que os arranjos políticos e institucionais que acompanharam o neoliberalismo nas últimas décadas, tanto em suas versões do liberalismo pró-mercado, como na social-democracia ou no progressivismo, aparecem exauridos.

O comparecimento dos eleitores à direita ou à esquerda, com altos níveis de votos "não" para todos os governos, também mostra que não há um novo modelo que estabilizará ou trará o controle político das instituições em qualquer lugar. Os chamados populismos, esquerda e direita, aparecem como um sintoma em vez de uma solução, e as ruas de vários países mostram que tempos de mobilização desordenada manterão o tabuleiro de xadrez político em movimento.

A instabilidade também traz realinhamentos que atravessam os eixos de leitura política e solidariedade anteriores. Assim como com o chavismo, o governo de Salvador Allende, o plebiscito uruguaio sobre as privatizações de 1992, Israel, a queda da União Soviética, acontecimentos recentes como a saída do governo do PT e do Evo Morales, as propostas de López Obrador ou a Frente Ampla proposta no Brasil para derrotar Bolsonaro, farão parte das discussões da esquerda latino-americana por um tempo, com interpretações divergentes.

A pandemia, por outro lado, desde seu início mostrou diferentes reações e sensibilidades que também suspenderam os eixos políticos válidos anteriormente. Uma primeira divisão que separou governos de esquerda mais estritos em termos de medidas sanitárias, dos que priorizavam manter o funcionamento econômico, foi dando lugar a uma abertura geral. No caso da Bolívia, por exemplo, Luis Arce Catacora, presidente eleito em 2020, se alinhou com uma posição menos fechada, citando como positivos os casos do Brasil e Peru, governados por signos políticos diferentes<sup>1</sup>.

O debate na esquerda, no entanto, continuou por fora das posições estatais, entre o apelo ao cuidado auto-organizado dos que estão na base, o questionamento crítico das

---

<sup>1</sup> La Razón Digital. Entrevista exclusiva con Luis Arce, presidente electo de Bolivia. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=mcFeKvhpJ1k>

medidas disciplinares, a busca de lacunas para expressar o descontentamento político ou abrir caminho para a luta social priorizando ou não, em cada caso, a oposição aos governos do momento. A resposta à pandemia, no entanto, não altera totalmente o curso político e a organização de cada peça do jogo político. Grandes frentes ou o retorno ao Estado que aparece num horizonte pós-pandêmico não podem ser mencionados por enquanto como mudanças políticas concretas e não afetam a forma de governo construída nas últimas décadas.

O neoliberalismo hoje carece de alternativas. Sua fraqueza constitutiva para dar conta dos desafios sociais não se torna um questionamento de sua viabilidade, pois já nasce coexistindo com essa fragilidade. Onde vemos abertura e dinamismo, com volatilidade, está na ordem dos estilos de gestão, com forte questionamento das autoridades estabelecidas, o surgimento de novas figuras políticas e também propostas de novos pactos, novas articulações, tentativas políticas de representar as mudanças internas ao capitalismo que parecem ser um fato.

Todos os poderes reinantes, de qualquer tendência, são questionados com mobilizações, eleitoralmente ou de forma silenciosa. Mas a falta de alternativas políticas leva as crises para o plano da alternância de governo. Uma crise mais profunda abre um grande questionamento, pertinente até mesmo para pensar na atual pandemia, em sua relação que vai além das instituições liberais, republicanas, e nos obriga a nos questionar sobre o modelo de organização econômica e de vida no qual a sociedade industrial contemporânea é sustentada.

A quebra atual vai além da viabilidade de uma etapa pós-progressista. A crise nos leva mais longe, e a obsolescência até se refere à democratização dos anos 80, com os pactos pós-ditadura que definiram o rumo político subsequente, com a formação de uma ou mais elites políticas sendo agora desafiadas. O jogo dos governos neoliberais e progressistas que se sucederam desde então, formando um arranjo entre a direita e o progressivismo, é quebrado.

Seguindo os resultados eleitorais de vários países, podemos ver que as vitórias são de forças políticas novas ou renovadas: Macri, Bolsonaro, Alberto Fernández, López Obrador, Lenin Moreno, por caminhos diferentes, são mais liberais, mais populistas, mais moderados, ou mais extremos do que os campos políticos que substituem. Nem mesmo o Kirchnerismo, com Cristina como vice-presidente, ou Luis Arce Catacora, ex ministro

da economia dos governos de Evo Morales, na Bolívia, pode ser lido como continuidade. As eleições, de um lado e do outro, se ganham *contra* candidatos com muita rejeição, e não como voto positivo de apoio a um líder no qual as pessoas confiem.

A recente mobilização norte-americana iniciada em Minneapolis, e as do Equador, Colômbia, e Chile<sup>2</sup>, na América do Sul, com mobilização indígena, formação de assembleias, confronto com a polícia nas ruas e politização generalizada, permitem que as lutas sejam também um elemento no cenário político de instabilidade, que para depender das forças institucionais, o esforço será sempre para enterrar qualquer discussão mais profunda ou que vá além do confronto midiático no qual o sistema pretende representar a totalidade.

Fora do jogo político que foi consagrado nas últimas décadas, opondo opções sociais a opções de mercado sem questionar os acordos comuns, há um mundo imenso do qual é possível visualizar a gravidade dos governos a serviço de modelos destrutivos e exploradores, cuja versão esquerdista não evita um ritmo de morte sobre o território, e a versão direitista apenas avança sobre os passos já dados por aqueles que agora estão em oposição a ela. Este é também o lugar da possível luta, onde não existem alternativas visíveis para sair do momento atual, mas onde se imagina uma ruptura com as formas atuais de capitalismo.

### **Direita e progressismo.**

A queda do progressismo na Bolívia, Equador, Brasil, Uruguai, Chile ocorre nas mãos de direitas que não são alheias às que concorrem no México, Colômbia, Peru, etc. No mapa dos direitos, porém, no Brasil o bolsonarismo exprime uma versão particularmente radicalizada que, ao vindicar a ditadura e a repressão contra a esquerda, encontra um lugar que ganha popularidade em oposição ao consenso liberal de democrático que a direita tradicional e também a esquerda tinham insistido em administrar.

A social-democracia ou progressismo liberal cai como resultado de uma fragilidade em que a aproximação com os sectores conservadores contribuiu: A

---

<sup>2</sup> Somando-se Peru em Novembro de 2020. Ver: Danilo Assis Clímaco, Inés Olivera e Luis Reyes Peru: um golpe parlamentar revertido pelas maiores mobilizações populares em quatro décadas <https://passapalavra.info/2020/11/135192/>

manutenção do neoliberalismo de Pinochet no Chile de Bachelet, a proximidade política do kirchnerismo com governadores conservadores nas regiões da Argentina, a base parlamentar aliada ao Partido dos Trabalhadores no Brasil, numa aliança co-governamental com o PMDB de Michel Temer e mesmo com os setores religiosos e agro-industriais agora próximos do Bolsonaro; ou os empresários rurais do leste da Bolívia, que rapidamente assumiram a presidência em novembro de 2019. Num caminho de pensamento de direita com ajustamentos de austeridade, acordos bilaterais de comércio livre, repressão dos movimentos sociais e distanciamento das agendas que o viram chegar ao poder, o progressivismo foi a última carta a cair antes de entrarmos na atual situação de crise generalizada.

Qualquer movimento que procure recuperar espaço para os de baixo deve tomar nota do movimento que o bolsonarismo representa, não só contra a esquerda, mas também contra o consenso republicano e democrático que governou as últimas décadas e do qual a esquerda institucional faz parte. A sedução que Bolsonaro exerce sobre as classes populares só pode ser desfeita se uma posição não reacionária e não nacionalista, longe de uma visão hierárquica e homogeneizante do mundo, puder também ser capaz de desafiar o consenso em que se baseou o recente capitalismo sul-americano. É neste lugar que o problema da falta de alternativas dá poder a um jogo de comunicação eleitoral sem diferenças que implicam mudanças materiais.

Num outro elemento de ruptura com anteriores consensos democráticos, durante a (não) gestão da pandemia no Brasil, esta atitude traduziu-se na minimização negacionista da ameaça viral, desafiando o consenso global da emergência sanitária, e defendendo cinicamente a necessidade de manter a economia a funcionar. Na sua expressão de ruptura com a anterior democracia multipartidária, contra a qual Bolsonaro mantém a sua distância, a nova direita brasileira é constituída por uma combinação de atores e discursos que combinam sectores ideológicos anti-modernos, os militares, empresários ultraliberais, militantes de agendas religiosas e muitos laços com um capitalismo de empresários que ocupam territórios e exploram recursos naturais não renováveis, com pilhagens económicas e negócios ilegais.

Frente à barbárie anti-sistema bolsonarista o progressismo substituído, ou que retorna, encontra uma bússola na Argentina. O país está economicamente muito mais empenhado do que outros países da região, com inflação e desvalorização constante da

moeda durante anos. É altamente dependente das exportações primárias e com um Estado que tem dificuldade em cumprir os seus compromissos financeiros para com os bancos e a população. Mas politicamente encontrou uma forte liderança governamental na gestão da pandemia. Mostrando autonomia política em relação à crise, o peronismo fê-lo novamente.

A vitória de Alberto Fernández sobre Mauricio Macri em 2019 ocorreu numa eleição contestada e à sombra de Cristina Kirchner, ou melhor, como a face visível da sombra de Cristina Kirchner, escondida do eleitorado que a rejeita. Foi a forte rejeição contra Macri que o levou à presidência, bem como a forte rejeição contra Cristina tinha trazido Macri para o mesmo lugar quatro anos antes. A aposta na dura resposta à pandemia, com o presidente a coordenar cada detalhe da sua implementação em frente das câmaras, fez com que a figura de Cristina Kirchner fosse deixada para trás. Os líderes da oposição juntaram-se a eles e foram fotografados com Alberto Fernandez na tarefa de enfrentar o coronavírus. Uma posição que apresenta um contraste com o Brasil, País com o qual explora uma diferença de forma mediática.

Após o primeiro impacto, onde algo novo exige um reajustamento, vemos como a lógica da pandemia nada mais é do que uma intensificação ou continuidade alterada de posições políticas anteriores, quer nas agendas empresariais de concentração, quer no jogo das oposições à procura de elementos de mobilização, juntamente com os meios de comunicação que também mantêm intactas as suas narrativas de procura de audiência. A dificuldade de sair da quarentena, uma vez adotados critérios rigorosos, deixa os argentinos inquietos com a situação, enquanto o medo é deixado para trás. A tentativa frustrada de Fernández de melhorar a situação económica através de uma mega-mina também deixa um rastro de pólvora pronta a explodir a qualquer momento.

Se a Argentina e o Brasil contrastam como duas buscas para canalizar o descontentamento como um regresso ao progressismo ou fugir dele pelo caminho da pior direita; o Chile e a Bolívia também se opõem como instabilidade das ruas com sinais políticos opostos. A continuidade do Evismo, que ganhou uma eleição em 2019 e outra em 2020, apesar de não poder manter Evo Morales como candidato, após grandes mobilizações que o obrigaram a se demitir, mostra que nada está garantido nem para a esquerda nem para a direita. A direita do Piñera, no Chile, encontrou uma explosão social mostra continuamente a porta para a rua.

O contraste entre Argentina e Brasil e Chile, que não se estende ao Uruguai e Paraguai, com uma melhor resposta estatística em relação ao Coronavírus, não deixa de emular a competição futebolística e talvez algo ainda mais guerreiro, com encerramentos de fronteiras e leituras nacionalistas que confortam os espíritos que encontram satisfação num Estado pensado para ser poderoso e superior. Na realidade, a aposta populista do peronismo não é diferente da de Trump, que fecha as fronteiras para viagens de pessoas do Brasil ou levanta uma oposição à China; e do próprio Bolsonaro, que já se referiu à Argentina de forma desdenhosa das suas preferências políticas que são tratadas como um passaporte para a deterioração económica e a corrupção.

Não é difícil compreender a facilidade com que se propõe o antagonismo dos países vizinhos quando a política regional é uma questão em cada país, com o fantasma do Chavismo, do comunismo, ou do avanço imperialista, e estamos envolvidos na contabilidade de cadáveres, operações logísticas e internacionais para assegurar o funcionamento do sistema de saúde, e na vanguarda do controlo estatal para assegurar o encerramento, a preparação de hospitais de campanha e o fabrico militar de remédios ou vacinas em grande escala. Este é o tempo dos peritos médicos e logísticos, também oficiais de segurança religiosos e governamentais.

Quer esteja intoxicado pela gestão permanente, quer pela sua falta, como no Brasil, é necessário fazer um maior esforço e regressar aos momentos dos grandes protestos onde os momentos de discussão geral sobre o curso político realmente se abriram: 2001-2002 na Argentina, 2013 no Brasil, o período de 2000 a 2005 na Bolívia, o Caracazo de 1989 na Venezuela, ou as mobilizações indígenas no Equador. Parte disso parece ter começado a tomar forma em 2019.

A necessidade de uma mudança de paradigma tornou-se clara no Equador com a revolta de vários dias em setembro, com protagonismo indígena, que confrontou o governo sem que o correísmo aparecesse como alternativa. Na verdade, os indígenas deixaram claro que não estavam a lutar pelo regresso daqueles que tinham invadido os seus territórios com projectos mineiros militarizados de capital chinês. Os protestos estavam a aumentar na Colômbia, sem que uma força contrária surgisse com força, num caso de um governo de direita que aumentou a sua popularidade em resposta à pandemia. O regresso da ala direita no Uruguai e a sua persistência no Paraguai e no Peru, também não nos permite traçar constantes porque a resposta ao coronavírus foi desigual. Tal como

na Bolívia, nestes novos e antigos países de direita, eles também fazem parte de um jogo instável onde o progressivismo também não saiu do campo, e pode voltar.

### **Chile entre a nova Constituição e o Protesto**

O Chile foi onde a instabilidade política da crise do regime encontrou uma forma de se mobilização com milhões de pessoas nas ruas. Uma explosão social começou em 18 de outubro de 2019 com uma ação contra o aumento de estudantes do ensino secundário, que se transformou numa revolta social generalizada contra o presidente, de confrontação nos bairros e no centro da cidade com a polícia, e como um movimento para uma nova constituição. Este processo atravessou o Verão e só foi interrompido pela pandemia. Embora o governo não tenha inicialmente imposto um bloqueio rigoroso, os efeitos sobre a mobilização e os seus protestos semanais foram imediatamente interrompidos.

O saldo era de dezenas de milhares de detidos e cerca de 5.000 presos políticos. Por outro lado, foram formadas assembleias por todo o país que começaram a rearticular-se após um retiro geral, mesmo para fazer vasos populares para resolver o problema generalizado da fome. O processo deliberativo que o Chile está a viver foi apenas parcialmente recuperado pelo caminho formal da assembleia constituinte. O apelo a um referendo e eleição da Constituinte, adiado de Maio para Setembro devido à pandemia, e finalmente realizado em outubro de 2020, nasceu de um acordo entre o governo de direita de Sebastián Piñera e a oposição, incluindo a terceira força, a Frente Ampla, que nasceu de mobilizações estudantis e alguns dos seus líderes que se tornaram atores do Estado. O apelo a "deixar para trás a Constituição de Pinochet" de 1981 mostra como é quebrado o velho consenso neoliberal sob o qual o partido socialista também governou e apoiou o partido comunista.

A realidade, porém, é que a força da rua mostra que este acordo não está alinhado com os desejos da maioria. Como resultado do acordo, semanas antes da explosão social, a ala direita terá garantido o poder de veto. Será uma Constituição assinada pelos atores políticos que já foram dominantes nas últimas décadas, para além da Frente Amplio, que não poderá impedir que as ruas sejam novamente ocupadas em resposta a uma nova Constituição adaptada ao poder no poder. Neste cenário, o próprio poder empresarial

está a distanciar-se de Piñera e do caminho mais repressivo, vendo com bons olhos uma nova Constituição, que interrompe os protestos e dá nova viabilidade ao neoliberalismo chileno. Por outro lado, qualquer moderação do governo de direita é aproveitada pela extrema-direita, de José Antonio Kast, na linha da incorrecção política e do renascimento do discurso anticomunista ultra-conservador com tons fascistas, na faixa política de Bolsonaro.

O consenso enfrenta então resistência no Chile, mas essa resistência não tem solução nem horizonte político. A dúvida é se a solução do sistema, com velhos e novos atores políticos, irá fechar a fenda entre a política e o povo, que está agora aberta. Para isso, não devemos ver apenas os protestos. O problema é a informalidade, a maioria não sindical, o trabalho precário, as populações tradicionais e as agendas que são contrárias ao desenvolvimento capitalista. O risco do caminho constituinte, iniciado por Bachelet sem apoio mas que com a explosão social ganhou ímpeto, é que sem respostas reais para a crise e sem alterar as bases do modelo, para além das declarações simbólicas como ocorreu na Bolívia, permitirá a sobrevivência de um modelo social que hoje só é mantido com uma repressão severa.

O problema não é diferente nos outros países. O consenso democrático das últimas décadas é também o do desenvolvimento capitalista, e na medida em que também não difere da nova direita e da nova esquerda. Não há forças políticas que representem politicamente estas discussões, apenas lutas, algumas muito poderosas e inspiradoras, por toda a América Latina, que mostram que de facto o consenso não é invencível, embora isto não signifique que haja um modelo viável à espera do outro lado da mobilização. O apelo ao regresso do Estado pode mostrar a fragilidade do sistema de saúde estatal, mas não é de forma alguma uma superação do neoliberalismo militarizado e precarizador, mais do que um discurso eleitoral dos progressistas.

### **A Bolívia e a queda do MAS**

Na Bolívia, as eleições de 20 de outubro de 2019 foram seguidas de três semanas de protestos sociais que paralisaram todas as cidades do país. O contexto foi a insistência numa nova nomeação de Evo Morales para a presidência, contrariamente ao mandato da Constituição que apoiou em 2009, que proíbe mais do que uma reeleição para a

presidência. Esta candidatura também se opôs à votação da população num referendo em 2016, no qual o Não à reforma da constituição (que permitiria uma nova reeleição) triunfou na primeira derrota eleitoral de Evo Morales desde 2005.

O Instrumento Político dos sindicatos rurais que tinha surgido em 1995 como um movimento partidário e em 2005 ganhou as eleições prometendo a descolonização do país e uma Revolução Cultural Democrática, viu-se agora com um momento decisivo apostando tudo na reeleição de Evo Morales. Mas a candidatura que foi conseguida de forma manipulada, tornou-se uma eleição difícil com uma contagem de votos que abriu caminho a suspeitas de fraude, levando a fortes mobilizações e à recomendação de novas eleições pela OEA, convocada pelo próprio governo do Evo Morales para auditar as eleições e também para se pronunciar contra a suspeita de fraude. A continuação dos protestos com tumultos policiais criou uma situação insustentável para a continuidade do governo. O exército, a Central Obrera Boliviana e outros atores pediram a demissão. Evo Morales antes de fazê-lo buscou convocar novas eleições, mas era tarde. O exército não assumiria em nome do governo do MAS uma repressão sangrenta contra os opositores do governo, como a de 2003, que resultou na chegada de Evo Morales ao governo.

A 11 de novembro, Evo Morales, o seu vice-presidente e principais autoridades do congresso - controlado pelo partido do governo - demitiu-se e foi para o exílio, criando um vácuo na linha de sucessão do poder. Pouco tempo depois, o Senador da oposição Jeanine Áñez tomou posse sem o apoio da maioria do Congresso, mas com o apoio do exército e sem enfrentar a mobilização de massas. Este governo tornou-se um facto consumado e foi mesmo legitimado pela maioria do congresso do partido de Evo Morales, que procurou convocar rapidamente eleições. A pandemia abre espaço para Áñez suspender as eleições solicitadas pouco depois, e para prolongar o seu governo, concorrendo como candidato presidencial às eleições finalmente marcadas para Setembro.

Tal como Lula e o kirchnerismo, Evo Morales mantém um apoio eleitoral considerável, suficiente para continuar a ser uma força política forte, embora com dificuldades para se impor eleitoralmente. Para além da política eleitoral polarizada, os governos de mais de dez anos também sofreram com a erosão da crise da governação neoliberal. Na Bolívia, a aceitação do modelo que se traduziu em alianças com o sector empresarial do agronegócio e uma aposta comunicacional dirigida à classe média,

procurando que as políticas sociais e os rendimentos do gás se traduzissem em consumo e movimento econômico nas cidades. A mobilização social que permitiu ao MAS chegar ao governo e aprovar uma nova Constituição foi substituída pela propaganda estatal e pelo reforço das instituições tradicionais sem qualquer "descolonização" no seu funcionamento.

Um contexto regional inclinado para a direita pôs fim ao governo de Evo Morales jogando tudo ou nada na reeleição de Evo Morales, que não se podia sustentar com o que até então tinha sido o seu principal capital político: o voto popular. O apoio deteriorante após dez anos de governo colocou a Bolívia no mapa da instabilidade sul-americana que, quando a pandemia chegou, estava a ser debatida entre os governos de direita e o possível regresso do progressivismo com um candidato moderado que podia ser comparado com os "progressistas liberais" da definição de Alberto Fernandez. Luis Arce, se impôs nas eleições de outubro de 2020, com um voto enigmático e complexo que, por um lado devolve o poder ao MAS mas, por outro, não mantém o Evo Morales no comando político estatal.

A situação da região é a de um andarilho de corda bamba num ambiente inflamável onde não há força para ultrapassar o consenso neoliberal que, por sua vez, só pode ser administrado a um custo político cada vez maior.

Talvez a força que Evo Morales mantém possa ainda impedir um governo de extrema-direita na Bolívia. De fato, tal como na Argentina, o voto boliviano é progressista antes do que conservador, ao contrário do Peru, Colômbia ou Brasil. Mas para além da epopeia comunicativa, já não há esperança de mudança profunda no MAS e o seu recuo eleitoral também coloca a Bolívia no caminho da instabilidade e alternância entre a esquerda e as democracias sociais moderadas, sem a força para enfrentar o poder económico e as orientações que estabelece do mercado, ou o novo capitalismo das transformações que melhor se visualizam em tempos de pandemia.

## **Conclusão**

Embora a nuance entre um neoliberalismo assumido e conservador, e um progressismo que não rompa com o neoliberalismo e procure posicionar o Estado como intervencionista seja real, em diferentes latitudes sul-americanas a velha direita institucional e o progressivismo fazem parte do mesmo consenso, adesão ou impotência

face às formas do capitalismo actual. O que é permitido para a política é uma margem estreita, que é jogada especialmente no campo da comunicação eleitoral, onde a ideologia e as diferenças políticas não definem modelos de país mas sim estilos de gestão do mesmo capitalismo com liberdade para decidir o seu modo de funcionamento e exploração.

O triunfo de Evo Morales em 2005 foi algo de novo, porque veio das ruas e da mobilização social. O kirchnerismo e o PT também não teriam se elegido sem a mobilização e luta política nas ruas. Mas o caminho seguido uma vez estabilizada a disputa pelo poder por voto, mostra um destino comum que é também um risco para as recentes mobilizações no Chile e em outros lugares. A capacidade de neutralizar as energias de mudança, o que nos leva a pensar na eficácia que, apesar da sua crise, ainda mantém o modelo de organização social dominante para se impor em qualquer das suas variantes políticas de governo.

Longe de idealizar a mobilização, que reaparece hoje, ou esperando que ela resolva por si só a falta de caminhos políticos que nos levem à construção de um novo mundo, temos de compreender quais tarefas prioritárias temos pela frente face ao fracasso da experiência de governo progressista e ao avanço da precariedade, da exploração económica voraz dos territórios e da falta de meios de vida adequados para a grande maioria da população. A força comum do povo tanto para se opor, desobedecer e impedir a máquina de funcionar, como para construir uma alternativa parece ser o único caminho a seguir.